

## RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO POR MONITORAMENTO

**RFM-SANESUL-AMAMBAI-004/2018**

**PROCESSO Nº 51/200411/2018**

### I – DA INTRODUÇÃO

O Estado de Mato Grosso do Sul, a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul- AGEPAN, e o Município de Amambai, firmaram Convênio de Cooperação de nº 012/2008, na data de 12 de Dezembro de 2008, tendo como objeto a delegação, pelo Município ao Estado, por intermédio da Agepan, das atividades de organização, planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços públicos de saneamento básico.

Ainda neste contexto, houve também, na data supracitada, o Contrato de Programa de nº 012/2008, firmado entre o Município de Amambai (Contratante) e a Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A – Sanesul (Contratada), com o objetivo da exploração/prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário na área urbana do Município em questão. Os serviços serão prestados pela Contratada, nas áreas afetas à exploração, mediante a cobrança de tarifa diretamente aos usuários do serviço, tudo em conformidade ao previsto no Contrato, podendo ainda, ser adotados subsídios não tarifados, consoante, a Lei 11.445/2007, em seu artigo 29, parágrafo segundo.

Não obstante, a cláusula terceira, e a cláusula quarta, item III do mencionado Convênio de Cooperação, determinam que o exercício das funções de regulação e fiscalização da prestação dos serviços de saneamento básico no Município serão de competência da Agepan, com colaboração do Município, que observará o conjunto das medidas legais, contratuais e regulamentares que regem o Contrato de Programa nº 012/2008, firmado entre o Município e a Sanesul, objetivando sua adequada e eficiente prestação.

Salienta-se que, a existência de problemas técnicos – operacionais, não observados nesta fiscalização, não exime a Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL de monitorá-los e corrigi-los permanentemente. Assim como, quanto à adequação e conservação dos bens afetas a exploração, à correção das não conformidades, à legalidade da prestação dos serviços a ela delegados e ainda, aos atos que praticar na exploração dos serviços públicos de saneamento no Município de Amambai.

## II – DO OBJETIVO

O objetivo desta fiscalização, é o de verificar a conformidade do cumprimento das metas contratuais conjuntamente com outros dispositivos regimentares da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. – SANESUL, concernente ao que fora firmado entre Esta e o Município de Amambai no Contrato de Programa de nº 012/2008, conforme disposto na cláusula décima sexta, §§ 1º e 2º, e por fim, dar cumprimento à legislação Estadual nº 2.263, em seu artigo 20, inciso II.

## III – DA ABRANGÊNCIA E METODOLOGIA DA FISCALIZAÇÃO POR MONITORAMENTO

Na Portaria AGEPAN nº 149, de 18 de Setembro de 2017, que estabelece as condições gerais para os procedimentos de fiscalização de prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, concernentes à Fiscalização por monitoramento, temos em seu artigo 5º, incisos I, II, III, IV, V, os seguintes dispositivos legais aplicados:

- I-Analisar dados e indicadores de qualidade do serviço prestado nos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário; (grifo nosso).
- II- Monitorar a evolução dos indicadores e emitir alertas; (grifo nosso).
- III- Identificar não conformidades;
- IV-Subsidiar a elaboração de relatórios de desempenho; e
- V- Apontar assuntos relevantes para compor as Agendas de trabalho de fiscalização programada.

No que se refere, a análise dos anexos da verificação das cláusulas constantes do Contrato de Programa nº 012/2008, do Município de Amambai com a Sanesul, relativos às metas de atendimento e de qualidade do serviço inseridos no supracitado Contrato de Programa, preconizam-se as seguintes constatações:

### **Cláusula Terceira:**

Integram o contrato, para todos os efeitos jurídico-legais, os seguintes Anexos:

...

V – Metas progressivas e graduais de expansão, melhoria da qualidade, eficiência, compatíveis com os prazos de prestação dos serviços e que serão revisadas a cada 4 (quatro) anos.

### **Cláusula Quarta:**

A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, cumprir as metas progressivas e graduais de ampliação, qualidade, eficiência e racionalização dos sistemas de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos sanitários constantes do Anexo, que estabelece, dentro do limite urbano do MUNICÍPIO, os percentuais obrigatórios de população atendida pelos serviços durante o prazo da vigência do contrato, observados os termos do Plano de Saneamento Básico.

**Parágrafo Primeiro** – O plano de prestação de serviços conterá os investimentos e os projetos que serão priorizados e deverá ser elaborado pela CONTRATADA, em consonância com o Plano de Saneamento Básico.

**Cláusula Décima Sexta:**

As atividades de fiscalização deste contrato serão exercidas pelo REGULADOR, em nome do Município, nos termos de norma específica ou de Convênio.

**Parágrafo Primeiro-** A fiscalização a ser exercida pelo REGULADOR abrangerá o acompanhamento das ações da CONTRATADA, nas áreas técnica, operacional, de atendimento, econômica, contábil, financeira e tarifária.

**Cláusula Vigésima Sexta:**

A CONTRATADA deverá adaptar seu cronograma de investimentos, nas áreas afetas à exploração, nos termos de deliberação da autoridade ambiental ou de recursos hídricos, que venha oportunamente a tratar das metas e parâmetros previstos neste contrato e atinja ditos investimentos, assegurado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

**Cláusula Trigésima Terceira – das Disposições Gerais:**

O Município, auxiliado pela SANESUL se for o caso, se compromete em elaborar o Plano Municipal de Saneamento no prazo de 02 (dois) anos contados do início de vigência deste contrato.

#### **IV – DAS CONSTATAÇÕES – NÃO CONFORMIDADES - DETERMINAÇÕES**

As constatações relatadas a seguir estão embasadas nas cláusulas pactuadas dentro do contrato de programa nº 012/2008, bem como, legislações específicas, inclusive, Portaria AGEPLAN 151, de 18 de Setembro de 2017.

- Constatação (C.1): Da não realização da Revisão das Metas Progressivas do Contrato de Programa.**

Foi constatado que da data da assinatura do Contrato de Programa nº 012/2008 (18/12/2008) até dezembro de 2017, transcorreram-se 9 anos, dentro deste período não foi encaminhada à Agepan, pela Sanesul, a revisão das Metas Progressivas da exploração dos serviços de saneamento no Município de Amambai.

**Não Conformidade (NC.1): Da não realização da Revisão das Metas Progressivas do Contrato de Programa.**

Identificamos que na Cláusula Terceira inciso V- *metas progressivas e graduais de expansão melhorias da qualidade, eficiência*, que, as mesmas, não estão compatíveis com os prazos de prestação dos serviços e que deveriam ser revistas a cada 4 (quatro) anos.

#### **Determinação (D.1): Da não realização da Revisão das Metas Progressivas do Contrato de Programa.**

A Sanesul deve efetuar a revisão das Metas Progressivas de exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário na área urbana do Município de Amambai, para até o ano 10 (2018), a partir do realizado até dezembro de 2018, com as justificativas que embasam quaisquer alterações, em relação à proposta inicial, contida, nos Anexos do Contrato de Programa nº 012/2008, e enviá-los para a Agepan.

**Prazo para cumprimento:** 30 dias.

- Constatação (C.2): Descumprimento da Meta de Cobertura de Esgotamento Sanitário.**

Foi constatado que até dezembro de 2017, segundo dados trazidos pelo RAD- Relatório Anual de Desempenho, a meta de cobertura de esgotamento sanitário na área urbana do Município de Amambai, foram insuficientes, pois, da assinatura do Contrato de Programa nº 012/2008 (18/12/2008), até o ano 9 (2017), a cobertura deveria estar acima de 47% e, no entanto, encontra-se com 40,68 %, conforme quadro demonstrativo a seguir:

Município	Metas de Cobertura de Esgoto			Cobertura de esgoto RAD-Dez 2017
	Ano 2008	Ano 2013	Ano 2018	
Amambai	18	> 41	> 47	40,68 %

#### **Não conformidade (NC.2): Descumprimento da Meta de Cobertura de Esgotamento Sanitário.**

Identificamos descumprimento da *Cláusula Terceira inciso V- metas progressivas e graduais de expansão, melhorias da qualidade, eficiência*, que, não estão compatíveis com os prazos de prestação dos serviços e que serão revistas a cada 4 (quatro) anos, estando, neste caso, insuficiente ao estabelecido em norma contratual. E da *Cláusula Quarta - A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, cumprir as metas progressivas e graduais de ampliação, qualidade, eficiência e racionalização dos sistemas de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos sanitários constantes do Anexo, que estabelece, dentro do limite urbano do MUNICÍPIO, os percentuais obrigatórios de população atendida pelos serviços durante o prazo da vigência do contrato, observados os termos do Plano de Investimentos*, o que não vem acontecendo.

#### **Determinação (D.2): Descumprimento da Meta de Cobertura de Esgotamento Sanitário.**

A Sanesul deve apresentar à Agepan, justificativas pelo descumprimento da meta de cobertura de esgotamento sanitário, no período de 2013 a 2018; e plano de trabalho para início das ações necessárias, com cronograma de início das obras.

**Prazo para cumprimento:** 30 dias.

- Constatação (C.3): Descumprimento da Meta de Controle de Perdas de Água**

Foi constatado em dezembro de 2017 (ano 9) que a perda na distribuição foi de 56,63 m<sup>3</sup>/lig/ano, enquanto a meta estabelecida era de que até o ano (10), ou seja, 2018, haveria uma incidência de perdas, menor que 53 m<sup>3</sup>/lig/ano. Portanto, os dados apresentados representam uma perda considerável em mais de 3,63 m<sup>3</sup>/lig/ano, constante ao que foi determinado em contrato. O quadro a seguir demonstram essas constatações:

Município	Metas de Controle de Perdas (m <sup>3</sup> /lig/ano)			Perdas (m <sup>3</sup> /lig/ano) RAD- Dez 2017
	Ano(0) 2008	Ano (5) 2013	Ano (10) 2018	
Amambai	68,75	< 59	< 53	56,63

### Não conformidade (NC.3): Descumprimento da Meta de Controle de Perdas de Água

Identificamos descumprimento da *Cláusula Terceira inciso V - metas progressivas e graduais de expansão melhorias da qualidade, eficiência*, que, não estão compatíveis com as metas e prazos de prestação dos serviços e que serão revistas a cada 4 (quatro) anos. E da *Cláusula Quarta - A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, cumprir as metas progressivas e graduais de ampliação, qualidade, eficiência e racionalização dos sistemas de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos sanitários constantes do Anexo, que estabelece, dentro do limite urbano do MUNICÍPIO, os percentuais obrigatórios de população atendida pelos serviços durante o prazo da vigência do contrato, observados os termos do Plano de Investimentos*, o que não esta sendo cumprido.

### Determinação (D.3): Descumprimento da Meta de Controle de Perdas de Água

A Sanesul deve apresentar à Agepan, justificativas pelo descumprimento da meta de controle de perdas, no período de 2014 a 2018; e plano de trabalho para início das ações necessárias, com cronograma de início das intervenções.

**Prazo para cumprimento:** 30 dias.

- **Constatação (C.4): Descumprimento da Meta de Remoção da Carga Poluidora-Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO)**

Foi avençado em contrato de programa nº 012/2008, que o índice na eficiência do tratamento da Remoção da Carga Poluidora- Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO), seria maior e igual que 73%, entre o período de 2013 (ano 5) a 2018 (ano 10), entretanto, os dados apresentados no Relatório Anual de Desempenho-RAD- Ano referência Dezembro 2017, foram de 56,67% (ETE 01) e 50,28% (ETE 02), o que representa um índice menor ao que fora acordado, ou seja, em desacordo e irregular. Segue abaixo, quadro demonstrativo com as constatações:

Município	Metas na Remoção da Carga Poluidora - DBO			DBO RAD- Dez 2017
	Ano(0) 2008	Ano (5) 2013	Ano(10) 2018	
Amambai	$\geq 70$	$\geq 73$	$\geq 73$	56,67 (ETE 01)
				50,28 (ETE 02)

#### **Não conformidade (NC.4): Descumprimento da Meta de Remoção da Carga Poluidora-Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO)**

Identificamos descumprimento da *Cláusula Terceira inciso V - metas progressivas e graduais de expansão melhorias da qualidade, eficiência*, que, não estão compatíveis com as metas e prazos de prestação dos serviços e que serão revistas a cada 4 (quatro) anos. E da *Cláusula Quarta - A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, cumprir as metas progressivas e graduais de ampliação, qualidade, eficiência e racionalização dos sistemas de coleta e tratamento de esgotos sanitários constantes do Anexo, que estabelece, dentro do limite urbano do MUNICÍPIO, os percentuais obrigatórios de população atendida pelos serviços durante o prazo da vigência do contrato, observados os termos do Plano de Investimentos*, o que não está sendo cumprido.

#### **Determinação (D.4): Descumprimento da Meta de Remoção da Carga Poluidora-Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO)**

A Sanesul deve apresentar à Agepan, justificativas pelo descumprimento da meta no índice da eficiência do tratamento da Remoção da Carga Poluidora- Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO), desde a assinatura no contrato de programa 012/2008, compreendendo o período de 2008 a 2018; e apresentar também, plano de trabalho para início das ações necessárias, com cronograma de início das obras, visando a melhoria no sistema de tratamento de esgoto sanitário.

**Prazo para cumprimento:** 30 dias.

#### **V -DAS INFORMAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO**

**Empresa:** Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL  
**Endereço:** Rua Doutor Zerbini, 421 - Bairro Chácara Cachoeira  
**Telefone:** (0xx67) 3318-7878  
**Home Page:** <http://www.sanesul.ms.gov.br/>

#### **VI – DA CONCLUSÃO DO RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO POR MONITORAMENTO**

Inicialmente, foi aberto processo administrativo de nº 51/200411/2018 para acompanhamento do Contrato de Programa nº 012/2008 firmado entre o Município de Amambai e a Sanesul.

E, diante dos dados acima relatados constantes deste Relatório de Fiscalização por Monitoramento, faz-se necessária a notificação do Prestador de Serviços para Revisão das Metas Contratuais e Adequação do Plano de Investimentos para realinhamento ao que foi pactuado no Contrato de Programa nº 003/2011, firmado com o Município de Amambai, sendo que, tais adequações, deverão ser discutidas juntamente com o Município, para que seja dado prosseguimento ao aditivo contratual, e desta forma, regularizando o processo.

A Agepan deverá ser comunicada do andamento das atividades, visto ser a representante legal do Município, na incumbência de regular e fiscalizar o contrato; sob prejuízo de intervir no processo, caso seja, verificado negligência, imprudência ou imperícia na legislação, o qual, inclui

---

também, observância às Portarias Agepan, prezando sempre para o bom e fiel cumprimento do contrato.

Por fim, a presente fiscalização, foi realizada entre o período de 25 à 29 de junho de 2018, pela seguinte equipe técnica da Câmara Técnica de Saneamento – CATESA, vinculada a Diretoria de Regulação e Fiscalização de Saneamento – DSB, AGEPAN:

- Engº Hailton Vasconcelos – Analista de Regulação - Coordenador;
- Alisson Toledo Peixoto – Assessor Técnico II;
- Paula Rafaela A. Pinto – Assessora/ Adv OAB-MS 17688

Campo Grande, 29 de junho de 2018.

---

Engº Hailton M<sup>a</sup>. F. Vasconcelos  
AGEPAN/CATESA  
Analista de Regulação  
Coordenador

---

Tec. Alisson Peixoto  
AGEPAN/CATESA  
Técnico Assistente de Regulação

---

Paula Rafaela A. Pinto  
AGEPAN/CRES  
Assessora/Adv OAB-MS 17688